



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º C C	PUBLITADO NO D. O. U. De 14/08/2000 <i>Stolnito</i> Rubrica
---------------	--

240

Processo : 10120.000186/93-30
Acórdão : 203-06.457

Sessão : 11 de abril de 2000
Recurso : 97.170
Recorrente : DALMIR AUGUSTO DE FREITAS
Recorrida : DRF em Goiânia - GO

ITR – Legítimo é o lançamento efetuado quando as provas acostadas aos autos não comprovem a perda da propriedade, da titularidade do domínio útil ou da posse a qualquer título do imóvel rural por parte do contribuinte. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos e recurso interposto por: DALMIR AUGUSTO DE FREITAS.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2000

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Lina Maria Vieira, Renato Scalco Isquierdo, Daniel Correa Homem de Carvalho, Mauro Wasilewski e Francisco Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente).

Imp/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

241

Processo : **10120.000 186/93-30**

Acórdão : **203-06.457**

Recurso : **97.170**

Recorrente : **DALMIR AUGUSTO DE FREITAS**

RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

Este processo, por duas vezes, já foi apreciado nesta Câmara, que transformou os julgamentos em diligência, visando instruí-lo com melhores elementos de prova. Portanto, leio em Sessão o Relatório de fls. 108/109.

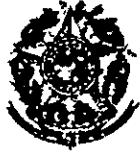
O recorrente alega em sua defesa ilegitimidade passiva, visto que, por força de sentença judicial definitiva, prolatada em ação reivindicatória cumulada com ação de anulação de escritura e respectivo cancelamento de transcrição de registro imobiliário, movida por Isaías Braga e sua mulher Marluce Garcia Magalhães Braga (doc. fls. 18/31), confirmada pela instância superior em grau de apelação (doc. fls. 33/39), posteriormente pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial ordinário (doc. fls. 49/56) e ainda em recurso extraordinário (doc. fls. 41/46), a qual lhe foi adversa, resultou, ao final, na perda, pelo recorrente, do direito de propriedade sobre a Fazenda Nova Esperança.

A Notificação de Lançamento do ITR/91, de fls. 02, teve origem em declaração prestada pelo recorrente e se refere ao imóvel rural denominado “Fazenda Nova Esperança”, localizado no Município de Araguaçu-TO, com área de 1.132,5ha, cadastrado no INCRA sob o Código 926 019 010 553 3.

No documento apresentado quando da impugnação do feito, Acórdão do STJ de fls. 03/11, não consta o nome e nem o número de inscrição do INCRA do imóvel que trata o referido julgado.

Na fase recursal o apelante apresenta sentença do Juiz da Comarca de São Miguel do Araguaia - GO, que identifica como objeto da ação o imóvel registrado sob o nº 944 no Cartório de Registro de Imóveis de Araguaçu, e outros documentos que não identificam os imóveis a que se referem.

Às fls. 74, o contribuinte traz aos autos contrato particular de arrendamento de pasto de um imóvel denominado “Fazenda Pouso Alto”, cadastrado no INCRA sob o Código 926 019 007 552 9, de propriedade de Marluce Garcia Magalhães Braga.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10120.000186/93-30
Acórdão : 203-06.457

242

Já o Registro nº 944 do Cartório de Registro de Imóveis de Araguaçu, anexado aos autos às fls. 98, por força da Diligência nº 203-00.316 deste 2º Conselho (doc. fls. 83/85), refere-se a um imóvel com área total de 1.936,00 hectares, dividido em duas glebas de 692,00 hectares e 1.243,88 hectares, situado no loteamento denominado Javaés do Município de Araguaçu-TO, sem especificar as respectivas inscrições no INCRA.

Na análise dessas informações, verifica-se que a descrição do imóvel, ou seja, denominação, área total, número de inscrição no INCRA, etc., da Notificação do ITR/91, de fls. 02, não confere com a do imóvel da Certidão do Cartório de Registro de Imobiliário de fls. 98, ou com a do imóvel do Contrato Particular de Arrendamento de Pasto de fls. 74.

Vê-se, ainda, que as cópias de documentos trazidos aos autos não identificam expressamente a “Fazenda Nova Esperança”, localizada no Município de Araguaçu-TO, com área de 1.132,5ha e cadastrada no INCRA sob o Código 926 019 010 553 3:

- a) Recurso Especial de nº 3771 (STJ) de fls. 04/11;
- b) Ação Reivindicatória de fls. 18/32;
- c) Apelação Civil de nº 14233 de fls. 33/39;
- d) Embargos Declaratórios na Apelação Civil de nº 14233 de fls. 40; e
- e) Recurso Extraordinário nº 101.155-6 de fls. 41/46.

Cabe, ainda, ressaltar que, apesar de intimados, por ordem da Diligência nº 203-00.591 deste Colegiado, Isaías Braga e Marluce Garcia Magalhães Braga não trouxeram ao processo as informações solicitadas (doc. fls. 132).

Dessa forma, tomando em conta as informações da Impugnação de fls. 01 e Recurso Voluntário de fls. 16/17 e com base nos demais documentos acima citados, não há como se comprovar que a “Fazenda Nova Esperança”, cadastrada no INCRA sob o Código 926 019 010 553 3, foi objeto da ação reivindicatória e recursos posteriores, propostos e julgados sempre em desfavor do recorrente.

Ademais, vale frisar que o lançamento do ITR se deu com base em informações cadastrais prestadas pelo próprio contribuinte quando do preenchimento da respectiva DITR.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10120.000186/93-30
Acórdão : 203-06.457

Isso posto, voto no sentido de se negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read "OTACÍLIO DANTAS CARTAXO".
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO